

VOTO PT



O DAP propõe:

- 1 TABELAMENTO** dos preços de alimentos
- 2 TESTAGEM** eficiente em massa; Verbas para o SUS
- 3 NENHUMA DEMISSÃO,** 5 milhões de vagas em obras públicas
- 4 AUXÍLIO EMERGENCIAL** de R\$ 600,00 enquanto durar a pandemia
- 5 CONDIÇÕES SEGURAS** para volta às aulas; Bolsas estudantis
- 6 TRIBUTAÇÃO** emergencial dos mais ricos para expansão dos serviços públicos
- 7** Direitos políticos para Lula - **ANULA STF**

Para alavancar a luta pelo fim do Governo Bolsonaro
Vote nos candidatos do PT!

“Bolsas estudantis e vagas de estágios”

Propostas concretas na campanha pelo voto 13

Entrevistamos Brenda Melo, militante da JR do PT, candidata a vereadora em Vitória (ES).

O Trabalho - A eleição é um espaço para colocar as reivindicações mais urgentes. Como tem sido o seu diálogo com os jovens?

Brenda Mello - Um dos aspectos mais importantes da região onde moro é a questão da violência. Quase todos os dias acontecem tiroteios. De dia ou de noite temos que nos deitar dentro de casa com nossos filhos com medo de bala perdida. No último domingo um adolescente de 15 anos foi baleado. Tenho conversado com as pessoas sobre como isso tem a ver com fato de que é negado para os jovens da periferia o acesso à cultura e lazer. Não há espaços voltados para esse tipo de atividade na nossa comunidade. Para nos deslocar até a parte "nobre" da cidade - onde estão os parques, praças, teatros

- é preciso pagar uma passagem cara demais num transporte ineficiente, tendo que ficar muito tempo no ponto esperando e às vezes ir em pé, pois está superlotado. Também está ligado ao problema da violência a questão do emprego. A falta de oportunidades é o prato cheio para o recrutamento pelo tráfico.

OT - Como vê o enfrentamento ao governo de Bolsonaro nas eleições?

BM - Temos discutido amplamente nessa campanha a necessidade de pôr fim ao governo Bolsonaro. Os nossos problemas são nacionais. O desemprego e o trabalho precário são a realidade da juventude no Brasil e por isso é preciso gerar vagas de emprego com obras públicas, por exemplo. Não podemos melhorar a fundo as condições de vida do povo no município sem fazer a luta nacional.

OT - Qual a importância das

candidaturas petistas e do voto 13 para animar a luta dos jovens nos bairros e escolas?

BM - O Partido dos Trabalhadores, representando os anseios da juventude e da classe trabalhadora é que pode construir uma saída para os problemas do povo oprimido. As pessoas com quem temos dialogado nas ruas dizem sentir saudade dos tempos em que o PT governava o país e administrava a cidade. A juventude pôde acessar as universidades, se alimentar com qualidade. Temos conversado também sobre a importância de defender direitos políticos e justiça para Lula, o que significa defender a democracia no país. Com João Coser, do PT, prefeito de novo, sem alianças com partidos que dão sustentação ao programa de destruição da nação e dos direitos, o nosso objetivo na Câmara de Vitória será apresentar projetos de



Em campanha, Brenda faz atividade no dia do aniversário de Lula

lei como de testagem em massa da Covid para garantir segurança nas aulas presenciais. Defendemos a implementação de bolsas estudantis apresentada pelo Coser e vamos lutar para ampliar as vagas de estágio da prefeitura de Vitória. A juventude precisa viver e ter um futuro!

JR do PT na luta pela testagem

Para a volta às aulas a exigência é ter condições sanitárias seguras

A discussão da volta às aulas presenciais está acontecendo em vários estados do Brasil. Em pelo menos nove estados, o retorno já aconteceu ou tem data marcada, com pouca ou sem nenhuma discussão em relação à testagem em massa e demais condições necessárias para uma retomada segura.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, o governador Eduardo Leite (PSDB) se recusou a assinar um termo se comprometendo com as condições seguras e testagem para

que a volta acontecesse. O sindicato de servidores da educação estadual (CPERS) entrou com uma ação no Tribunal de Justiça que levaria as aulas presenciais a serem suspensas em seguida, e sua retomada submetida à aprovação de um agente sanitário ou de "semelhante capacitação".

A testagem é necessária para identificar possíveis contaminados, para proteger os estudantes e trabalhadores da educação. É nessa linha que a Juventude Revolução do PT tem travado a luta. Em São Leopoldo (RS),

em outubro a JR do PT participou de um ato chamado pelo Grêmio Estudantil Raul Seixas colocando a testagem como principal exigência para a retomada. O governo quer jogar a responsabilidade para os estudantes, dizendo que estes não querem voltar a estudar, mas afirmamos que é exatamente o contrário, queremos voltar às aulas, estudar e ter educação de qualidade. Quem parece que não quer que a volta aconteça é o governo, que impõe uma volta de qualquer jeito, colocando todos em

risco. Não tem papo furado, queremos ter acesso ao nosso direito que é educação pública de qualidade, queremos viver! Por isso, é preciso seguir resistindo juntamente com os estudantes e suas entidades como grêmios e, sobretudo a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) deveria ampliar esta mobilização para exigir que os governos deem condições seguras para a volta às aulas presenciais.

Márcia Damke

Evasão no ensino universitário

Desemprego faz aumentar o abandono dos estudos

A crise se agrava e joga milhares de jovens no desemprego, especialmente os jovens. Especialistas falam em "geração cicatriz" aquelas marcadas pelas feridas abertas no período da pandemia.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), o número de jovens desocupados é o maior dos últimos anos. Enquanto para a média da população ativa chega a 13,3%, para os jovens de 18 a 24 anos alcança 29,7%. Número que tem como consequência um elevado índice de abandono dos estudos.

Só no primeiro semestre deste ano, 608 mil estudantes desistiram ou trancaram seus cursos nas faculdades

privadas, 83 mil jovens a mais sem estudar, comparado com o mesmo período do ano passado. A evasão e o número de inadimplentes no país chegam a 10,1% e 11% respectivamente. As faculdades privadas implementaram o ensino à distância e se recusam, desde o início da pandemia, a reduzir o preço das mensalidades pagas para o ensino presencial.

A crise também atinge o ingresso de novos estudantes ao ensino superior como um todo. No total, a queda é de 19,8% quando comparado com 2019. É uma geração de jovens prejudicada que não terá conseguido qualificação da força de trabalho. Hoje, no Brasil, o desemprego entre

jovens é mais acentuado nos que tiveram menos qualificação.

Queremos estudar

O momento é grave, por isso exige medidas de emergência a serem tomadas imediatamente. É algo a ser incorporado, agora mesmo, às plataformas eleitorais das candidaturas do PT no 1º e 2º turnos. Uma delas é garantir bolsas estudantis em todos os níveis de ensino para que o jovem possa permanecer estudando e, minimamente, tenha uma renda auxiliar que ajude no orçamento familiar. Outras medidas necessárias são garantir a merenda escolar e o passe livre estudantil municipal e

intermunicipal de forma higienizada. Uma luta que chama também a responsabilidade da UNE e da UBES.

É animador ver em alguns estados que iniciativas de rua são organizadas por estudantes e professores, exigindo dos governos as medidas acima dentre outras. É também força a mais na luta para acabar com o governo Bolsonaro.

"Queremos estudar, os governos têm responsabilidade de garantir as medidas de segurança necessárias na possibilidade de volta" disse uma militante da Juventude Revolução do PT do Rio Grande do Sul. É o que que o momento exige.

Jeffei e Paulo Vilela

Na luta pelo voto PT e pelas reivindicações!

Novembro é o mês dos dois turnos das eleições municipais. Eleições para prefeituras, elas colocam na ordem do dia questões emergenciais e nacionais, frente à crise sanitária, econômica e social na qual o país está mergulhado. A crise, que é mundial, se expressa de maneira brutal no nosso país governado pela escória que surgiu dos esgotos do golpe.

Em passo acelerado o Brasil vai a uma situação insuportável para as maiorias oprimidas, as maiores vítimas da pandemia e vítimas exclusivas do desemprego, perda de direitos e da falta de comida à mesa.

Medida após medida do governo Bolsonaro, ataque após ataque dos patrões, as massas exploradas são empurradas a uma penúria alarmante. Frear esta escalada é o desafio maior colocado nesta disputa eleitoral. Para isso, em primeiro lugar é preciso cortar a mal pela raiz: reforçar a luta pelo fim do governo Bolsonaro.

Lutar pelo fim do governo é fazer das candidaturas do PT porta-vozes de medidas concretas que aliviem o sofrimento popular. As sete medidas de emergência propostas pelo Diálogo e Ação Petista buscam ajudar nesta direção.

O tabelamento dos preços dos alimentos da cesta básica; a testagem em massa; nenhuma demissão; manutenção do auxílio de \$600,00 enquanto durar a pandemia e novo Bolsa

Família, com \$600,00 por família; condições de segurança sanitária para a volta às aulas, Bolsas estudantis, merenda escolar, respeito à autonomia universitária; tributação emergencial dos mais ricos para expandir os serviços públicos, programa de aluguel social e suspensão das dívidas dos municípios, estão entre as sete medidas.

Medidas que se completam com a luta pela democracia, exigindo o fim dos privilégios da cúpula militar, a revogação da Lei de Segurança Nacional e anulação das medidas

CANDIDATURAS PETISTAS DEVEM ESTAR NA LUTA POR MEDIDAS CONCRETAS

obscurantistas deste governo contra a arte a cultura e, principalmente, a restituição plena dos direitos políticos de Lula cuja cassação foi a porta de entrada para a situação em que o país se encontra.

A batalha é dura, mas recuperar o terreno da luta é possível. Às vésperas do primeiro turno, o PT que se apresenta nestas eleições em uma situação revigorada em relação a de 2016, desponta em algumas capitais e grandes cidades. O desafio é reforçar esta tendência: pedir voto e chamar à luta para

que cada petista eleito faça de seu mandato um mandato voltado para as necessidades do povo.

Neste sentido são promissoras as várias propostas de projetos de lei de testagem em massa para enfrentar a pandemia, que vêm sendo apresentados por vários candidatos e atuais parlamentares do partido. Como são promissoras também as propostas de reverter o mal que tanto fez à Saúde Pública que foi a sua entrega às Organizações Sociais (ver págs. Centrais).

A batalha é dura, mas nossa luta não está isolada. Os ventos que sopram da Bolívia, com a expulsão dos golpistas pelo voto popular e do Chile, com a espetacular vitória do povo que busca sua soberania, no plebiscito de 25 de outubro (ver págs. 11 e 12), são ventos alentadores.

A crise deste sistema, expressa na confusão e o caos instalado nas eleições dos EUA, onde ganhe quem ganhar, nenhum dos dois representa uma saída para o povo (ver pag.11), escancara a situação extremada que atravessamos, cuja saída está na luta dos trabalhadores que buscam sobreviver.

As eleições de 2020 devem representar, no Brasil, um reforço desta luta.

Em 15 e 29 de novembro é voto PT para prosseguir a luta, que segue, por medidas que atendam às necessidades emergenciais das massas.

CAMPANHA FINANCEIRA

Compre o calendário de O Trabalho 2021!

Na quarta semana de nossa campanha financeira chegamos a 22% da arrecadação pretendida. Mesmo na situação em que as dificuldades impostas pela pandemia dificultam os encontros pessoais, vemos um esforço ainda maior dos nossos camaradas para arrecadar e garantir nossa sustentação financeira independente.

Assim, além das conversas e contribuições feitas presencialmente, outros valem-se da divulgação do "cards" e vídeos pessoais para divulgar e oferecer aos seus contatos e amigos. O envio pelo correio para os que contribuem e as transferências bancárias estão sendo largamente utilizadas.

Criatividade e flexibilidade, para fazer chegar aos nossos amigos e colaboradores o calendário de 2021 "Socialismo ou Barbárie", que aborda um tema atual: a crise econômica que já vinha de antes agrava-se com a pandemia da Covid-19 no início desse ano. Aos mais de um milhão de mortos no mundo, somam-se os milhões que perdem seus empregos, direitos e salários, com os capitalistas valendo-se da pandemia para atacar conquistas históricas dos trabalhadores.

Mas a resistência dos povos também não cessa.



Nosso calendário de 2021 expressa esse cenário de dificuldade, mas também de resistência, cuja única saída para fazer frente à barbárie capitalista é pôr fim ao sistema da propriedade privada dos grandes meios de produção.

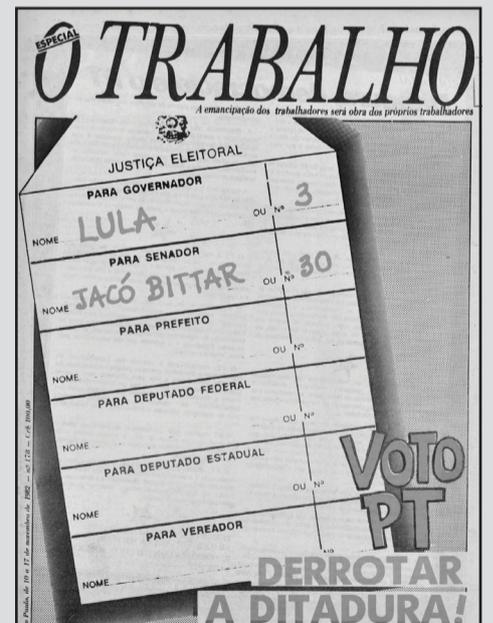
Adquira seu calendário e colabore com a nossa campanha financeira!

Memória

PLATAFORMA PETISTA DESTACA LUTA PELA DEMOCRACIA

O Encontro Nacional do PT inscreveu na plataforma do partido a luta pelo fim da ditadura militar. Decidiu que "trabalhador vota em trabalhador", e que o partido deveria lançar seus candidatos em todos os níveis, rejeitando o canto de sereia da "coligação das oposições". Mais recentemente, Lula afirma a continuidade do combate do PT pelo fim da ditadura, pela democracia, na luta para garantir a convocação de uma Assembleia Constituinte Soberana: "O PT vem lutando (...) contra a Lei de Greve e pelo direito de greve (...). É esse também o caminho que nos permitirá mais adiante alterar (...) a atual correlação de forças, de modo a garantir a convocação de uma Constituinte verdadeiramente democrática".

O Trabalho nº 178 – 10/11/1982



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Diagramação: Paulo Henrique Barbosa Mateus

Ampliar a luta contra a PEC 32

Redução de 25% nos salários é ameaça imediata aos servidores

Em 28 de outubro, Dia do Servidor Público, houve atos de rua em vários pontos do país contra a PEC 32 da Reforma Administrativa (RA) de Bolsonaro que ataca direitos e salários dos servidores das três esferas – federais, estaduais e municipais – e avança no desmonte dos serviços públicos.

Nesses atos houve um ligeiro aumento na participação de servidores e sindicalistas em relação aos de 30 de setembro: em São Paulo houve ato na Praça do Patriarca (centro), chamado pelo Macro-setor público da CUT SP; em Porto Alegre houve ato puxado pelo Fórum de Servidores; em Santa Catarina, houve diálogo com a população nas ruas de Florianópolis e em Joinville o ato em praça pública envolveu trabalhadores do setor privado (panfletos foram distribuídos em fábricas metalúrgicas). Houve atos de rua também

em Brasília, Salvador, Fortaleza e Recife (numa média de 100 a 150 participantes), além de carreatas em Cuiabá (MT) com 300 veículos.

Tudo indica que a PEC 32 não será levada a voto no Congresso neste ano, mas o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), anunciou que quer votar ainda em novembro, após as eleições municipais, a chamada PEC Emergencial, que reduz o salário dos servidores (e jornada) em 25%, pois isso incidiria no Orçamento federal para 2021. Logo, é preciso estar alerta e em mobilização permanente, pois essa redução salarial é a ante-sala da reforma.

Obstáculos a superar

Começou a circular um texto de sindicalistas do agrupamento “Em defesa da CUT Independente e de



Ato no dia 28 de outubro em Brasília

Luta” com o objetivo de ajudar a superar os obstáculos para uma mobilização mais intensa contra a RA. Intitulado “Não à Reforma Administrativa”, nele podemos ler:

“O ‘fique em casa’ se converteu, de medida temporária de proteção que deveria ser seguida de testagem em massa, num obstáculo à luta que deve ser feita nas ruas, como provado pelo povo chileno e boliviano como única via para derrotar os governos que os atacam (...)

Por outro lado, há muita desinformação sobre a reforma. Amplos setores dos servidores públicos, enganados pela mídia, ainda não acreditam que a reforma atinge atuais e futuros servidores, ativos e aposentados. (...) Por isso, propomos que a CUT convoque uma plenária das três esferas do funcionalismo para organizar essa batalha.”

Não será com bravatas sobre “greve geral” que vamos superar a mobilização ainda insuficiente para responder ao tamanho do ataque que faz a PEC 32. Só um trabalho efetivo nas bases dos sindicatos e junto à população poderá criar a força necessária para impor uma derrota ao governo e à maioria reacionária do Congresso Nacional em defesa de mais e melhores serviços públicos.

João B. Gomes

Centrais apoiam “desoneração das empresas”

Congresso derruba veto e corta parcelas do seguro desemprego

Em 3 de novembro, algumas dezenas de dirigentes de centrais sindicais – Força Sindical, CTB, UGT, Nova Central e CSB – fizeram um ato na Avenida Paulista “para pedir a derrubada do veto do presidente Jair Bolsonaro à prorrogação da desoneração da folha de 17 categorias do setor de serviços” (FSP, 4/11).

A faixa “unitária” estendida no ato (ver foto) estampava “Em defesa do auxílio emergencial de 600 reais e da desoneração da folha de pagamento” e trazia também o logo da CUT, embora nenhum dirigente cutista estivesse presente.

No site da CUT nacional havia sido publicada uma nota em 29/10 intitulada “CUT e centrais realizam ato pelo auxílio emergencial de R\$ 600 no dia 3 em São Paulo”, e em letras menores que o mesmo “será também em defesa da desoneração de empresas”. A reação de membros da direção da central a essa nota é que levou à ausência da CUT, felizmente, do que



foi uma demonstração explícita de parceria com os patrões.

Na mesma matéria da Folha, o presidente da UGT, Ricardo Patah, declara que “os parlamentares estão sensibilizados com a importância de derrubar o veto”. De fato, linhas acima o jornal explica que o governo Bolsonaro “reconheceu a líderes partidários que não tem apoio para manter o veto à prorrogação da desoneração da folha”.

“Inclua-me fora dessa”!

É o que deveria ter dito a CUT desde o início dessa farsa. O fato é que a “desoneração da folha” é uma reivindicação patronal para reduzir

o “custo do trabalho”. Adotada em 2011 no governo Dilma, com uma pretensa “garantia do nível do emprego”, a própria ex-presidente admitiu que ela foi um grande erro de sua gestão, pois os patrões deixaram de pagar os 20% sobre a folha para a Previdência em favor de uma taxa de 1,5% a 4,5% de seu faturamento, cabendo ao tesouro completar os valores destinados ao INSS. Quanto às demissões, elas continuaram!

Assim, a reivindicação – correta e necessária – de manter o auxílio de 600 reais foi a cenoura na frente do burro neste ato de 3 de novembro. A CUT deve sim fazer unidade de ação com todas as centrais sindicais – reconhecidas ou não – pela manutenção do auxílio de 600 reais, não só até dezembro, mas enquanto durar a pandemia. Para tanto é preciso taxar os mais ricos, como a própria CUT propõe, e não “aliviar” a carga fiscal de empresários com desonerações.

Em 4 de novembro, por acordo de lideranças, Câmara e Senado derrubaram o veto de Bolsonaro à desoneração, mas mantiveram o corte do pagamento de mais duas parcelas do seguro-desemprego (até dezembro), numa medida cruel contra os milhões de trabalhadores que perderam seus empregos durante a pandemia.

Uma sessão do Congresso, no mesmo dia 4, manteve o veto presidencial à ultratividade de acordos e convenções coletivas, abrindo a porta para os empregadores rasgá-los (como se deu na greve dos Correios).

Este é o resultado concreto da parceria entre centrais e empresários: os trabalhadores entram com o pescoço e os patrões com a corda.

Esperemos que a lição seja aprendida, para que a CUT não fique prisioneira de uma “unidade permanente” com centrais pelegas e a reboque de suas iniciativas.

Lauro Fagundes

Eleições no ANDES-SN em curso

Ao fecharmos esta edição, transcorria o terceiro dia das eleições do ANDES-SN (3 a 6/11). O sistema “telepresencial” adotado pela direção do sindicato nacional dos docentes criou vários problemas que impedem uma participação maior dos

filiados nessas eleições.

Assim, a votação vem sendo abaixo do esperado – o que beneficia a Chapa 1 da atual direção, pois quanto mais docentes puderem votar, maiores são as chances da oposição Renova Andes Chapa 2 ganhar

o pleito.

Problemas técnicos no sistema contratado provocam “filas virtuais” para votar que desestimulam o professor – já sobrecarregado com o teletrabalho nas Universidades – a participar. O que não diminui o empenho dos

membros e apoiadores da Chapa 2 em pedir à categoria que vote, apesar dos obstáculos e contratemplos, para expressar o seu desejo de renovação da direção do ANDES-SN para sair do distanciamento da base da categoria e um grande isolamento político.

CANDIDATOS DO DAP DÃO O SEU RECADO

Em defesa das medidas de emergência necessárias para o povo trabalhador

Nessas eleições, os candidatos do Diálogo e Ação Petista, agindo como o PT agia e devia agir, empenham-se num combate que vai muito além das eleições. Defendendo o PT, suas cores e sua estrela, eles fazem da campanha eleitoral um momento importante na luta para por fim ao governo Bolsonaro- o quanto antes. Nessa luta, eles debatem dentro do PT e junto aos eleitores propostas de medidas de emergência, numa situação de enorme crise econômica e social, agravada pela pandemia.

É necessário reconstruir o país, à beira de uma tragédia. É necessário defender os direitos dos trabalhadores, seus empregos e salários, e a soberania da Nação, com a preservação de suas riquezas e de suas empresas estatais. É necessário combater os planos de destruição dos serviços públicos, como a “reforma” administrativa de Bolsonaro/Guedes.

Essa luta já está dando resultados, como no caso da proposta do projeto de lei da testagem do Covid-19, assumida por vários candidatos e parlamentares do PT. É uma luta que não termina dia 15 de novembro, mas que exige no momento o voto no PT, a defesa das alianças democráticas e anti-imperialistas, para manter o partido independente de “aliados” inimigos dos trabalhadores.



Lino Peres, candidato a vice-prefeito de Florianópolis-SC

Onde está o dinheiro? Florianópolis tem os mesmos problemas das demais capitais brasileiras. Para poder aplicar as medidas necessárias nesta situação de extrema crise, é necessário ousar. Os recursos existem, é só saber onde procurar. Temos de fazer uma tributação emergencial dos mais ricos, que pode ser via IPTU progressivo e ISS, para poder aplicar esses recursos na ampliação dos serviços públicos, que é do que a população precisa. Defendemos um programa de aluguel social, porque muita gente não tem onde morar. E os municípios não podem continuar com suas finanças estranguladas: é preciso suspender suas dívidas com a União.

Testagem eficiente em massa

Mais de 160 mil mortos e milhões



Robinson Ciréia, candidato a vereador-13013, em Cuiabá-MT.

de contaminados, e o governo Bolsonaro não tem nenhuma medida eficaz para combater a pandemia. Os trabalhadores estão nas fábricas, nos escritórios, nos ônibus superlotados, sem dispor de nenhuma proteção. É necessário exigir a testagem em massa. Os candidatos do DAP assumem o compromisso de, tão logo assumam, apresentar projeto de lei tornando a testagem obrigatória. O SUS precisa urgentemente de mais verbas. As ditas “organizações sociais”, que impõem à saúde pública as leis do mercado, devem ser banidas. E o congelamento dos investimentos nos serviços públicos deve ser imediatamente revogado.



Archimedes, candidato a vereador-13555, em São Caetano do Sul-SP

Não aceitamos nenhuma demissão Os patrões e os governos se aproveitam descaradamente da pandemia para promover um feroz ataque contra os trabalhadores-demissões, redução de salários, retirada de direitos. Dezenas de milhões de trabalhadores estão sem emprego e a fome atinge cada vez mais famílias. Aqui no ABC paulista, onde moro, muitos metalúrgicos foram demitidos. Não podemos aceitar nenhuma demissão. Contra a crise, é necessário criar empregos, com um programa de obras públicas de 5 milhões de novos postos de trabalho. Na contramão da política de Bolsonaro-Guedes, exigimos o aumento real e progressivo do salário mínimo.



Zito, candidato a vereador-13131, em Vitória da Conquista-BA

Manter o auxílio emergencial Quem está em contato direto com o povo vê de perto como as condições de vida da grande maioria estão se deteriorando assustadoramente. A pandemia agravou demais a crise,

que já vinha de muito antes. Por isso, os partidos de oposição, com o PT à frente, conseguiram aprovar no Congresso o auxílio emergencial. É obra da oposição, não de Bolsonaro, que agora já anunciou o fim do auxílio. É um absurdo! Os pobres e desempregados não vão ter como sobreviver. Exigimos a manutenção do auxílio de R\$ 600 enquanto durar a pandemia. E outras medidas para beneficiar os mais pobres, como um novo “Mais Bolsa Família” também de R\$ 600.



Professor Ramos, candidato a vereador-13111, em Jaboatão-PE

Tabelamento dos preços dos alimentos Sou professor, convivo com colegas, funcionários, alunos e suas famílias. Aqui em Jaboatão, como acontece em todo o país, os preços dos produtos básicos dispararam. Coisas como o arroz, o feijão, óleo para cozinhar, a dúzia de ovos, a carne. Quer dizer, exatamente os alimentos indispensáveis na mesa dos menos favorecidos. O povo não pode passar fome-isso é o mais importante de tudo. Os preços desses produtos têm de ser tabelados. Os pequenos agricultores, aqueles que de fato produzem alimentos, e não itens de exportação, precisam ter apoio e créditos. Os governos não podem deixar de ter estoques reguladores para controlar os preços.



Cida é candidata a vereadora-13013, em Juiz de Fora-MG

Volta às aulas com segurança Como professora, quero que os alunos tenham um ensino decente, de qualidade. Isso não é possível com aulas pela internet, que deveriam ser apenas um complemento. Mas, para voltar às aulas presenciais, nesta pandemia, é necessário que alunos, professores e funcionários tenham condições mínimas de segurança sanitária: testagem, água e sabonete, álcool, poucos alunos por sala de aula. É isso que nós temos de exigir das autoridades, bem como a merenda escolas e as bolsas estudantis. Ainda quanto à educação, temos

de defender a autonomia universitária, respeito ao voto da comunidade, efetivação dos reitores eleitos.



Gustavo Passanelli é candidato a vereador-13456, em Parintins-AM.

Plenos direitos para Lula Vivemos um estado de exceção. Bolsonaro só chegou à Presidência porque houve um golpe no país, com o impeachment de Dilma, a condenação e a prisão

de Lula e o impedimento de sua candidatura. A conquista da democracia exige a restituição dos plenos direitos políticos de Lula, com a anulação dos processos fraudulentos armados contra ele. A verdadeira democracia não pode conviver com os privilégios da cúpula militar, nem com a famigerada Lei de Segurança Nacional, que tem de ser revogada. Além disso, todas as medidas obscurantistas contra a Arte e a Cultura devem ser anuladas. Vamos defender o conhecimento contra a ignorância representada por este governo.

CONTRIBUA COM O DAP

PARA MANTERMOS NOSSA INDEPENDÊNCIA POLÍTICA, PRECISAMOS DE INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA. É POR ISSO QUE PEDIMOS UMA CONTRIBUIÇÃO AOS MILITANTES E GRUPOS DE BASE (“UM CAFEZINHO POR MÊS”)

WWW.PETISTA.ORG.BR/DOE



Para manter sua independência política, o DAP pede a colaboração dos militantes e grupos de base (“um cafezinho por mês”). A nova conta nacional é:

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Agência: 0454 | Operação: 013
Conta Poupança: 00013198-0
Em nome de: Paulo Fernando Alves de Farias (CPF: 469.415.410-91)

Pela testagem em massa!

O PT precisa entrar com tudo nesta exigência

É forçoso reconhecer que o “fique em casa” para enfrentar a pandemia da Covid-19 se provou irreal. Mesmo os prefeitos que no início da pandemia defenderam medidas de fechamento em particular do comércio, não sustentaram por muito tempo suas posições. Hoje, o que vemos é todo o comércio e a indústria funcionando, a exceção de setores da educação pública.

A volta do chamado “novo normal” (é só usar máscara e álcool gel) está se provando insuficiente para conter a pandemia.

A testagem em massa da população é uma medida para conter a pandemia e preservar a vidas (ver matéria abaixo).

Propostas de Projetos de Lei

O deputado do PT de Minas Gerais, Betão, apresentou um Projeto de Lei (PL) para aplicar a testagem no estado, que ainda será apreciado pela Assembleia Legislativa. Aliás, com a volta do funcionamento desta Casa após as eleições municipais, Betão planeja apresentar aos deputados a proposta de realizar a testagem entre os servidores do legislativo e



29/10: Ato lança PL da testagem, em frente ao Hospital das Clínicas (SP)

os parlamentares como primeira medida. Iniciativas como esta já estão sendo apresentadas por candidatos petistas em suas campanhas eleitorais.

Na capital mineira, em Juiz de Fora e várias outras cidades da Zona da Mata, candidatos do DAP à Câmara Municipal também apresentaram o PL da testagem. O companheiro Landstone, candidato a vereador pelo PT em BH, ganhou a atenção dos trabalhadores de um Call Center

ao falar do assunto. Com a volta “à normalidade”, os trabalhadores destas empresas estão preocupados com a contaminação. “Nas reuniões do PT são poucos os companheiros que se manifestam favoráveis à campanha da testagem, mas é diferente quando falamos na porta das empresas. Percebi que depois que falei da testagem, vários pegaram o panfleto e guardavam antes de entrar na empresa”, declara Landstone.

Em Santa Catarina, o vereador e candidato a vice-prefeito pelo PT em Florianópolis, Lino Peres, já apresentou o projeto na Câmara. Em São Paulo, Lili, candidata a vereadora pelo PT, junto com outros 7 candidatos da capital, lideranças sindicais e populares, realizaram em 29 de outubro um ato de lançamento da campanha pela testagem em frente ao Hospital das Clínicas. No mesmo dia do ato, o deputado federal Alexandre Padilha protocolou no Congresso Nacional o PL - que agora tem o número 5.068 - que obriga o governo a testar a população.

Em vários estados o PL da testagem ganha adesões a partir da campanha eleitoral, com total empenho

dos candidatos do Diálogo e Ação Petista. Uma campanha que continuará após as eleições municipais, pois trata-se de combater em defesa da vida da classe trabalhadora.

Sumara Ribeiro

PREFEITO DE POA VETA PROJETO DO PT

Um Projeto de Lei do vereador Oliboni (PT) foi aprovado em 19 de agosto na Câmara Municipal de Porto Alegre. O PL estabelece a obrigatoriedade da prefeitura em testar os servidores municipais, entre outras categorias profissionais, para a Covid-19.

Marchezan Jr (PSDB) vetou o projeto, mas teve o veto derrubado pelos vereadores. Insatisfeito, o prefeito ingressou no judiciário impedido que a lei fosse cumprida. A CUT-RS e os sindicatos da área da saúde fizeram uma campanha pela testagem dos trabalhadores. Na campanha eleitoral, o candidato a vereador Alberto Terres (PT) denuncia que “a falta da testagem e rastreamento é um dos motivos do total descontrole da pandemia na cidade e no país, a luta pela testagem vai prosseguir.”

“O que salvou vidas foi a saúde pública”

Prefeitura de Araraquara se destacou no combate à pandemia e suas consequências

Em Araraquara (SP) cidade com 240 mil habitantes, o PT voltou à prefeitura nas difíceis eleições de 2016, com Edinho Silva que já havia sido prefeito entre 2001 e 2008.

Neste ano de 2020 Araraquara ganhou destaque positivo pelo enfrentamento da pandemia, o que faz com que a cidade tenha o menor índice de letalidade no estado de SP e um dos menores do Brasil. No início da pandemia, e ainda hoje, o prefeito foi alvo de ataques de Jair Bolsonaro e carreatas de protestos na cidade organizadas por bolsonaristas. Em conversa com Misa Boito, o prefeito Edinho Silva, candidato à reeleição, falou ao jornal O Trabalho sobre as iniciativas de sua administração frente à pandemia.

Testagem em massa

Na conversa, da qual reproduzimos alguns trechos, Edinho destacou “nenhum governo estava preparado para a pandemia. Aqui, no início de março, nós nos antecipamos e criamos o Comitê de Contingência do Coronavírus, e começamos a pensar o que fazer com a rede básica de saúde.” Edinho explica que em cinco semanas foi criado o centro

de referência para os que testavam positivo e construído um hospital de campanha, chamado de Hospital da Solidariedade, estruturas que continuam em funcionamento. Entre as medidas adotadas para enfrentar a pandemia ele destaca a testagem em massa. “A testagem foi fundamental. Nós começamos a fazer o teste com o Instituto Adolfo Lutz [órgão da Saúde Pública], mas como demorava à vezes mais de 10 dias, fizemos uma parceria com a Universidade Estadual Paulista para agilizar”. A testagem em massa prossegue. Edinho destaca que, mesmo tendo caído a porcentagem de positivos, as medidas preventivas não foram suspensas.

Além do teste, iniciativas para o tratamento foram tomadas, como o protocolo de internação precoce de pacientes positivados e o exame antígeno para pessoas com mais de 50 anos ou com comorbidade.

“Tirar todas as OSs”

“A pandemia mostrou a importância do Estado. Não há espaço para discurso neoliberal. Mais do que nunca, o que salvou vidas foi a Saúde Pública, no Brasil e no mundo. No

Brasil, o SUS tem problema? Tem, mas é de financiamento. O Estado jamais pode abrir mão de gerenciar a saúde. Aqui, quando assumimos em 2017 iniciamos um processo de tirar todas as Organizações Sociais do gerenciamento da saúde, das Upas, do Hospital Municipal. Hoje quem faz a gestão da saúde é a prefeitura. E aqui tem, inclusive, pacientes que mesmo tendo plano privado abrem mão e vão para o SUS.”

Além do papel do Estado na saúde, Edinho destaca políticas públicas durante sua gestão que ajudam a população a enfrentar a pandemia, como a política de segurança alimentar, “aqui compramos alimentos de pequenos produtores e assentados da região Ainda não temos perspectiva de volta às aulas, mas aqui nenhum aluno que está em casa ficou sem merenda. As famílias recebem alimento em casa. As crianças estão sem aula mas não sem alimento.”,

O PT ir mais para ofensiva

Edinho considera que o PT, além de defender seu legado, deve “ir para a ofensiva na defesa do papel



Edinho, prefeito de Araraquara

do Estado e de políticas públicas que devem ser elaboradas e gerenciadas pelo Estado. Temos que ir muito mais para a ofensiva do que estamos.”

Sobre sua candidatura ele avalia que o governo está bem posicionado para a reeleição.

Em pesquisa feita no final de outubro, na pergunta estimulada, Edinho aparece com 40% das intenções de voto. O segundo, do PSL, com 11%.

O Trabalho agradece a conversa e segue engajado na luta pela vitória das candidaturas petistas, como a de Edinho, para permitir ao povo de Araraquara a continuidade desta política de defesa dos serviços públicos e políticas públicas em benefício do povo trabalhador.

Boulos (Psol) é melhor que Jilmar (PT)?

Querem que pareça, mas não é, vide Organizações Sociais e IPTU

Numa sabatina na Associação Comercial de São Paulo, o candidato do Psol à Prefeitura, Guilherme Boulos, prometeu não “demonizar” o setor privado (Valor, 28/10). Ele assumiu: “não tenho condições de chegar e dizer que acabariam as Organizações Sociais (OSs) que gerem equipamentos de saúde”, e concluiu vagamente que “são processos de transição”...

Antes, Boulos tinha dado garantias de que não iria aumentar impostos. “Já houve avanço para IPTU progressivo. Não pretendo aumentar IPTU, não pretendo fazer aumento tributário. Nosso programa só prevê aumento de alíquota de ISS para bancos” (Valor 15/10), que receberam “um presente da Câmara com a redução temporária de alíquota de 5% para 3%”.

Ora, o próprio jornal ressalta que “o programa de governo do Psol registrado na Justiça Eleitoral é mais ousado do que o candidato, pois diz que além do ISS, haverá ‘aumento

do valor da tarifa do IPTU para mansões”.

Perguntado de onde viriam os recursos para suas promessas, Boulos respondeu que virá do “dinheiro parado hoje nos cofres municipais”, do “enfrentamento dos esquemas e máfias municipais” - sem estimativa de valor - e de uma “atuação mais efetiva na cobrança da dívida ativa do município”. Ou seja, respostas genéricas e evasivas de quem evita enfrentar os ricos e os grandes proprietários.

Propostas de Jilmar Tatto

O candidato do PT à Prefeitura, Jilmar Tatto “defende ampliar faixas de cobrança do IPTU para imóveis acima de R\$ 1 milhão. A expectativa é de arrecadar R\$ 1 bilhão com a medida. O alvo da taxa não é a classe média, mas os super-ricos, os 1% que detêm, sozinhos, 45% do patrimônio imobiliário” (site do PT).

O candidato do PT também não vacila em “tributar com alíquota



Jilmar Tatto em ato contra a entrega do Hospital do Campo Limpo avisou, “se entregar vamos reverter”. Vitoriosa, a luta expulsou a OS Albert Einstein

complementar a alta concentração de imóveis nas mãos de poucos proprietários. O aumento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) está na mira do PT, teria uma tributação progressiva”. Outra proposta clara é a “extinção de benefícios fiscais dos bancos”.

Sobre as OSs, o contraste com Boulos também é evidente.

Jilmar defende a reversão das OSs reivindicada pelos sindicatos e movimento de saúde.

Sabatinado pelo Estadão (30/10), Jilmar foi questionado porque “participou do governo Haddad”, que fez várias OSs. Ele respondeu que “o momento agora é outro. Estamos verificando uma roubalheira danada”. Ainda mais, disse que “a pandemia evidenciou a necessidade do SUS com investimento público direto”. Por isso, “a primeira providência é rever os contratos. A segunda é, de forma planejada, fazer a reversão disso”.

Como se vê, é Jilmar Tatto do PT quem assume compromissos concretos que, depois da eleição, podem efetivamente ser cobrados pelo povo da periferia, e não as generalidades do candidato do Psol, supostamente “à esquerda”, segundo a mídia e alguns intelectuais.

Markus Sokol

Direitos políticos para Lula!

No dia 27, comemorações dos 75 anos do ex-presidente lembraram a perseguição

É fato, Lula está solto, mas não é livre realmente, pois não tem direitos políticos. O Supremo Tribunal Federal (STF) protela o julgamento da suspeição do juiz Moro nos processos de Lula, o que abriria a porta para a anulação das sentenças.

No último dia 27, o PT e ativistas do Comitê Nacional Lula Livre colocaram a defesa do ex-presidente nas ruas e nas redes sociais, no Brasil e em outros países.

Em 18 capitais brasileiras e muitas cidades, os candidatos às prefeituras usaram o mote do aniversário no horário político eleitoral na TV para comemorar e denunciar a perseguição de Lula.

Em dezenas de cidades, foram organizados pequenos atos onde

oradores do PT, de sindicatos da CUT e movimentos sociais explicavam ao povo do que se tratava. Festivos e de comemoração, vários atos compartilharam bolos de aniversários com os populares.

7 Medidas de Emergência

Os candidatos a vereador do Diálogo e Ação Petista estiveram entre os que mais se dedicaram a esta causa política. Afinal, a exigência de “Direitos Políticos para Lula – Anula STF!” está entre as sete “medidas de emergência” que o DAP apresenta para tirar o país da crise. E as eleições são um palco para este debate.

Infelizmente, aliados eleitorais do PT, como o PCdoB em Porto Alegre e o PSOL em Florianópolis, não

compareceram aos atos nem puseram a questão na TV. E, no entanto, é uma questão de interesse de todos democratas. Mas a incompreensão, é preciso dizer, existe mesmo entre alguns dirigentes petistas que não querem confrontar as instituições podres e não promoveram ou não compareceram aos atos.

O ex-presidente luta na Justiça por

sua inocência. Lula foi condenado de maneira injusta num processo sem provas, que o impediu de ser candidato à Presidência em 2018, quando foi preso por decisão arbitrária do ex-juiz Sérgio Moro. Como prêmio por ter retirado o líder nas pesquisas eleitorais das eleições presidenciais, Moro ganhou o Ministério da Justiça no governo Bolsonaro.

NÃO À “DESCONSTITUINTE” ENGANA-TROUXA

O deputado Ricardo Barros (PP), líder do governo, tentou uma carona no plebiscito chileno (v. pág. 12), para propor uma consulta aqui sobre uma dita “constituente”. Segundo ele, “a Constituição de 88 tem muitos direitos e poucos deveres, o país fica ingovernável”.

É um absurdo!

Barros e os parlamentares da coalizão golpista estão, desde os anos 90, votando emendas (PECs) constitucionais privatizadoras e de redução de direitos, como a quebra do monopólio da Petrobras, a reforma trabalhista ou a da Previdência, e ainda ambicionam a reforma administrativa e mais privatizações.

Agora, Barros faz uma confusão dita constituinte para, ao invés de votar PEC por PEC, acabar no atacado com os direitos, num tipo de “desconstituente”. O vice-presidente general Mourão disse que “a proposta não está colocada” no governo.

Na verdade, são figuras como Barros ou Mourão que fazem o país “ingovernável”, por isso o governo Bolsonaro tem que cair fora. Uma condição para, com um novo governo, termos a verdadeira Assembleia Constituinte que restabeleça os direitos trabalhistas e previdenciários, reestatize empresas, faça a reforma agrária, política, judiciária, da mídia e, inclusive, militar.

Não tem outro jeito para reconstruir o país. É irreal uma “reforma constitucional”, como aventou Haddad no seminário sobre o Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil (19/10), pois teria o atual Congresso reacionário que votar por 2/3 cada reforma. A Constituinte é o único caminho.

A tarefa da hora é votar nos candidatos do PT para pôr fim neste governo, o quanto antes possível.



27 de novembro: Atividades do PT DF em frente ao STF, e da candidata a vereadora Lili, no bairro da Cachoeirinha, zona norte paulista

Luta na Nestlé e na Garoto

Trabalhadores resistem aos ataques a seus direitos



Trabalhadores da Garoto (ES) protestam contra corte de direitos

Trabalhadores da Nestlé, em Feira de Santana (Bahia), e da Garoto (parte do grupo Nestlé), no Espírito Santo, estão se mobilizando para se defender da redução de quase 50% do valor do Ticket Alimentação, dos atuais R\$ 675 para R\$ 350, e do fim da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), benefício conquistado há mais de duas décadas. No Espírito Santo os funcionários da Garoto levantaram uma faixa com os dizeres: "A Nestlé quer cortar 50% do Ticket Alimentação, a família diz não!". A multinacional ameaça com demissões e terceirizações para desmobilizar e tirar o Sindicato (Sindalimentação/CUT) da negociação. Francisco Teixeira de Araújo Neto, dirigente do sindicato, conhecido como Cowboy, denunciou: "Eles estão chamando de três em três trabalhadoras para dizer

que não é para votar sim para a contraproposta do sindicato, aprovada pelos próprios trabalhadores". De acordo com ele, a gota d'água foi a assembleia de repúdio à Nestlé, que aconteceu dia 27 de outubro, quando a empresa recusou a proposta dos trabalhadores para manter o benefício. Incomodada, a direção da fábrica orientou as chefias diretas a ameaçar os trabalhadores.

A necessária unidade

"Estamos precisando da ajuda do movimento sindical CUTista para mostrarmos à categoria que eles não estão desassistidos. Se persistirem na retirada de direitos iremos encaminhar o edital para o estado de greve o mais rápido possível", concluiu Cowboy. Na Bahia houve ato com formato de "assembleia de

repúdio", com a participação dos sindicatos de petroleiros, celulose e telecomunicações. No Espírito Santo a mobilização aconteceu no centro de Vitória e teve faixa de apoio aos companheiros baianos. Foi criada uma frente para articular o movimento nos dois estados. Eduardo Sodré (Sindalimentação) afirmou que a luta é continental: "Conseguimos o apoio dos trabalhadores

da Colômbia, Peru e Chile. Não se descarta um ato articulado conosco. A ofensiva da Nestlé é em toda América latina". A empresa teve muito mais lucro em 2020, mesmo com a pandemia, e isso foi informado pela própria Nestlé: lucro líquido de R\$ 114,345 bilhões, uma alta de 18,3% com relação a 2019 (site da CUT).

Tiago Maciel

OPERÁRIAS GESTANTES LUTAM PELA LIBERAÇÃO DO TRABALHO

Em meio a pandemia da COVID 19 e sem a possibilidade de realizarem trabalho remoto, as gestantes da fábrica de calçados DASS, em Vitória da Conquista (BA), foram convocadas para retornar às suas atividades.

Os relatos das operárias dão conta de muitos problemas para a realização segura do trabalho desde o deslocamento ao trabalho até a realização das atividades no interior da fábrica.

Segundo uma operária, "se fosse antes da pandemia, não teria maiores problemas nós seguirmos no trabalho. Mas a questão é o coronavírus. Pergunte para o coordenador de turma ou o gerente se ele quer que a mulher dele, grávida, vá trabalhar na fábrica?"

Como não há informações ou conhecimento científico sobre as consequências da doença para a mãe e o bebê, a preocupação e o desespero das trabalhadoras se ampliaram ainda mais.

O Sintracal-CUT (sindicato da categoria) após receber informações das próprias gestantes, intensificou a reivindicação por meio de nota pública que ganhou repercussão regional. Diante das pressões, foram abertas negociações entre a empresa e o sindicato.

Governo do Paraná quer militarizar 200 escolas

Contra o Projeto de lei, Secretaria da Educação é ocupada

Professores, funcionários de escola e alunos ocuparam no último dia 30 de outubro a Secretaria estadual de Educação, em ato promovido pela APP-Sindicato em protesto contra projeto de lei aprovado pela Assembleia Legislativa que militariza 200 escolas estaduais.

Os manifestantes plantaram cruzeiros na Secretaria, em sinal de luto por uma medida que cheira a ditadura

militar, encerrada há 35 anos.

O projeto, de iniciativa do governador Ratinho Jr. (PSD), tinha sido aprovado dias antes e a Secretaria, a toque de caixa, improvisou um simulacro de referendo nas escolas, sem se preocupar com o sigilo do voto.

A militarização implicará num comando das escolas exercido conjuntamente por trabalhadores efetivos da educação e policiais militares

inativos. À vista, a interferência no currículo, na liberdade de ensino e nos direitos de alunos e professores.

O líder da bancada do PT, deputado Tadeu Veneri, protocolou uma representação junto ao Ministério Público Estadual pedindo a suspensão da consulta nas escolas, ou seja, na prática, a anulação do projeto de lei.

O protesto dos educadores e alunos



Ocupação da Secretaria da Educação do Paraná

também foi motivado pelo contrato sem licitação firmado entre a Secretaria e uma empresa para as provas do Processo Seletivo Simplificado-PSS.

Correspondente

Abril ataca Sindicato dos Jornalistas de SP

A Editora Abril acabou com a liberação sindical sem prejuízo de vencimentos de Paulo Zocchi, presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo (SJSP). Ele estava liberado do trabalho desde 2015, por meio de um acordo

no qual a própria empresa reconhecia ser incompatível manter a jornada de trabalho e desempenhar as tarefas como presidente da entidade.

O SJSP qualificou a atitude de antissindical e uma

retaliação ao sindicato, em virtude de sua atividade de organização dos jornalistas. Na própria Abril, que está em processo de recuperação judicial, o trabalho do SJSP impôs garantias, não previstas inicialmente, aos

profissionais demitidos pela empresa. Desenvolve-se uma campanha de moções dirigidas à Abril, por entidades sindicais e democráticas, para reivindicar a revogação da medida. Seis ex-presidentes

do SJSP assinaram carta conjunta à empresa com o mesmo conteúdo. No dia 30 de outubro, foi realizada manifestação de protesto em frente à Abril, e a campanha prossegue (leia em: www.sjsp.org.br).

Líder sem-terra é sequestrado e executado

Ênio Pasqualin, líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) no Paraná, foi executado a tiros por sequestradores, que o arrancaram de sua casa na noite de sábado, 24 de outubro. Seu

corpo foi encontrado na manhã do dia seguinte. Pasqualin vivia com a família no assentamento Ireno Alves dos Santos, em Rio Bonito do Iguçu, região Centro do estado. O velório e sepultamento,

no dia 26, foram no próprio assentamento, com os dirigentes do MST denunciando a ação dos jagunços a mando dos latifundiários e as vistas grossas das autoridades. O trabalhador assassinado

era militante ativo do movimento, tendo participado de diversas ocupações de terra na região, na luta pela reforma agrária e em defesa da agricultura familiar. O PT do Paraná, em nota oficial, exigiu investigação

e a prisão dos responsáveis: "A morte de Ênio não pode se tornar mais um crime impune na escalada de violência contra os movimentos sociais e contra todos que defendem os interesses do povo brasileiro".

A estéril polêmica sobre a vacina

Sem perspectiva a curto prazo, discussão serve para inebriar o povo

O Brasil continua estável na primeira onda da Covid-19, sem previsão de queda significativa do número de casos a curto prazo. O caso do Brasil é único no mundo e demonstra a ausência de políticas de controle da doença. Não estamos nem perto de uma segunda onda pois não saímos da primeira! E estamos entregues a subnotificação pela ausência de testes, sem isolar os doentes em momento oportuno e pouco interferindo na disseminação do vírus.

Enquanto isso, o presidente Bolsonaro e o governador de São Paulo, João Dória (PSDB) se degladiam, numa polarização que interessa aos dois, menos ao povo. Bolsonaro volta a atacar Dória e dizer que o governo federal não comprará a vacina CoronaVac, desenvolvida pelo laboratório chinês Sinovac em parceria com o Instituto Butantan. "Ninguém vai tomar a tua vacina na

marra não, tá ok?. E eu que sou o governo, o dinheiro não é meu, é do povo, não vai comprar tua vacina também, não, tá ok?"

Enquanto isso a testagem em massa não é feita

A polêmica é eleitoreira e inconsistente. Ainda não há prazo determinado de uma aplicação em massa de qualquer uma das vacinas em teste! E o que dizer do questionamento da origem da vacina por parte de um presidente e de seu séquito negacionista?

A realidade é que existem no país hoje três vacinas em estudo clínico e sua pesquisa clínica é dividida em quatro fases. Todas estão em fase 3, que significa que o estudo foi ampliado a um contingente maior de pessoas para se avaliar a eficácia e segurança da vacina. Nessa fase o voluntário recebe ou a vacina ou um placebo, e seu acompanhamento

determinará se o tratamento com a vacina será superior ao uso do placebo. Cada voluntário poderá ser seguido e monitorado por até por seis meses! E ainda estão arrecadando os voluntários para esses testes.

Após encerrado o acompanhamento desse grupo é que a vacina será levada ou não ao registro e a aprovação para uso pelas autoridades sanitárias. Comprovada a eficácia e aprovada a vacina (já foi rebaixada de 70% para 50% a exigência de eficácia) se iniciará a fase 4, o uso em massa para se observar o comportamento da vacina na sociedade e acompanhar seus efeitos na evolução natural da doença.

É preciso deixar claro que mesmo numa estratégia de vacinação em massa, não se espera imunização de 100% em nenhuma das candidatas em teste. Algumas já foram, inclusive, planejadas para serem aplicadas em

duas doses para aumentar a imunidade. Seu objetivo principal seria reduzir a circulação do vírus através da redução de sintomas da população imunizada.

"Acho que uma expectativa mais realista e o que vários imunologistas estão dizendo é de que seria uma imunização por volta de 60%", avalia a professora do Departamento de Bioquímica e Imunologia (UFMG), Ana Maria Caetano de Faria.

Por ora, a discussão da origem da vacina e a estratégia de vacinação precede a realidade da existência desse tratamento. E inebria o povo, que espera a solução milagrosa. Ao mesmo tempo em que não se fala e não se recebe desses governos a chance real de redução da circulação do vírus: a testagem em massa e em locais de trabalho; o afastamento dos casos positivos e o rastreamento dos seus contatos.

Juliana Salles

Cenário desolador para o trabalhador

Desemprego, salários menores, fim do auxílio e alta no preço dos alimentos, combinação explosiva



Com o fim do auxílio emergencial, as longas filas para recebe-lo irão engrossar as filas de brasileiros a procura de emprego

No trimestre móvel encerrado em agosto, 33,3 milhões de pessoas estavam desempregadas, subutilizadas por insuficiência de horas de trabalho ou fora da força de trabalho por falta de oportunidade. São dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-C) do IBGE. Isso corresponde a 30,6% da força de trabalho, a maior porcentagem de toda a série do IBGE. No trimestre encerrado em maio, a taxa era de 27,5%. Ou seja, entre um trimestre e outro, três milhões de pessoas entraram para o exército de brasileiros que querem mas não acham qualquer possibilidade de emprego com o mínimo de regularidade.

A taxa de desocupação, de 14,4% (os 13,8 milhões de desempregados que procuraram emprego nos 30 dias anteriores à pesquisa e não encontraram) também atingiu seu maior

valor desde o início da série, um ano antes, tinha sido de 11,8%.

A deterioração tem sido rápida. Em apenas um trimestre, o País viu a diminuição de 4,270 milhões de pessoas entre as que tinham alguma ocupação. Em um ano, a perda foi de 11,965 milhões de ocupações. A população ocupada, de 81,666 milhões de pessoas, é a menor de toda a série.

A diminuição do total de ocupações ocorre num momento em que, com sinais de recuperação da economia depois do baque causado pela pandemia, mais pessoas passaram a procurar trabalho. A redução do valor do auxílio emergencial desde setembro e o seu fim a partir de janeiro próximo, devem estimular o processo.

Muita gente que havia desistido de procurar emprego, será obrigada

a desesperadamente voltar a procurá-lo. Por ter desistido há algum tempo de buscar alguma atividade, parte dessas pessoas estava fora da população economicamente ativa, que volta a crescer. Mas a oferta de trabalho não cresce na mesma velocidade, o que tende a aumentar a taxa de desocupação.

Menos emprego e menores salários

Isso tudo enquanto a inflação bate recordes de 20 anos, puxada pela alta do dólar e pela ausência de ação do governo na regulação dos estoques alimentares. E com tudo isso, a massa de salários encolheu R\$ 12,16 bilhões. A imensa maioria dos que

tiveram sua renda reduzida são os trabalhadores mais pobres.

A pobreza extrema que, tinha voltado a crescer a partir do golpe de 2016 (atingindo 14 milhões de pessoas em 2019), caiu nestes últimos meses de 6,5% para 2,3% devido ao auxílio emergencial. O fim do auxílio deve fazer tal parcela bater novos recordes no ano que vem.

Mesmo que aos poucos a economia volte a funcionar, a retomada do emprego será mais lenta e desigual. Uma situação que anuncia uma crise social de grandes proporções no ano que vem.

Alberto Handfas

MISÉRIA MUNDIAL CRESCE E BILIONÁRIOS FICAM MAIS RICOS

O Banco Mundial está estimando que "a atual recessão global faça com que" em 2020 o número de pessoas no mundo vivendo na extrema pobreza (renda diária abaixo de R\$10) cresça pela primeira vez em duas décadas. Em 2020, um novo contingente de 115 milhões de pessoas serão empurradas a tal situação e em 2021 serão mais 150 milhões. O que fará com que a extrema pobreza represente cerca de 10% da população mundial.

Enquanto isso, os bilionários do mundo têm visto a fortuna crescer durante a pandemia.

Só entre abril e julho deste ano, de acordo com um relatório de outubro do banco suíço UBS, o aumento foi de 27,5%, para US\$ 10,2 trilhões, uma cifra recorde. Isso foi possível devido à supervalorização dos ativos financeiros – produto da especulação, ajudada pela ação dos bancos centrais. Enquanto a produção empresarial afunda na recessão os especuladores bilionários "se saíram extremamente bem durante a crise da Covid-19", afirma o banco UBS. Executivos das áreas de tecnologia, saúde e da indústria estão entre os que assistiram maior avanço da renda no período.

Argélia: abstenção de 77% no referendo constitucional

PT argelino questiona referendo e defende constituinte como saída à situação de desastre nacional

Foi realizado no dia 1º de novembro, na Argélia, um referendo sobre a revisão constitucional aprovada em setembro pelo Parlamento. A abstenção atingiu 77% do eleitorado. O Partido dos Trabalhadores (PT) da Argélia, que qualifica de ilegítimo o Parlamento, divulgou declaração na qual questiona o referendo.

Nas últimas semanas, a secretária-geral do partido, Luísa Hanune, sofreu verdadeiro linchamento midiático por expressar a posição de que o PT não participa dessa agenda política e se pronuncia contra o artigo que prevê a intervenção do Exército Nacional Popular argelino fora das fronteiras do país.

Na declaração, o partido afirma que, após o referendo, "os problemas permanecem sem solução e são exacerbados pelo clima político repleto de incertezas". O país vive uma onda repressiva, com condenações judiciais de militantes e de parlamentares.

Rejeição frontal

Publicamos trechos da declaração do PT, divulgada no dia seguinte ao referendo:

"O confinamento cego dito sanitário usado pelo governo em resposta à Covid-19 causou uma ruptura social e econômica sem precedentes: empresas públicas e privadas fecharam, salários não pagos por até sete meses em diversos setores, inclusive nas comunidades locais, perdas maciças de empregos. As camadas intermediárias foram trituradas: pequenos produtores, criadores, artesãos, fazendeiros e pescadores, transportadores privados, comerciantes, restauradores etc. (...)

Na raiz desse desastre está o sistema de partido único, que desde a independência privou o povo do direito de exercer a sua soberania.

Foram décadas de políticas em benefício de uma nova minoria rica, agravadas desde 2014, em uma regressão em toda linha para a maioria, que provocaram a explosão revolucionária de 22 de fevereiro de 2019, para expulsar o sistema apodrecido e obsoleto herdado do regime de partido único. (...)

Os trabalhadores se levantam contra este curso destrutivo, e lutam recorrendo à greve, pelo pagamento de salários, em defesa das empresas e



O povo que em 2019 tomou as ruas exigindo fora o sistema ("systeme dégage", diz o cartaz) ignorou o referendo do governo no último dia 1 de novembro

dos empregos e inclusive pela nacionalização das empresas privadas asfixiadas. (...)

Essa mesma luta pela sobrevivência acaba de ser expressa em uma demonstração política exemplar e sem paralelo, no referendo constitucional por meio de uma abstenção histórica de 77%, 1,6 milhão de NÃO e mais de 600 mil votos nulos, de acordo com os números oficiais, o que significa que a Constituição foi aprovada por 13% do eleitorado!

É uma rejeição frontal, um veredicto final que brotou das profundezas do país em todo o território nacional contra o sistema em vigor,

responsável pela falência generalizada, contra as suas políticas e instituições, reafirmando a exigência de sua partida.

Então, sim, para organizar o resgate da maioria do povo empurrado para a degradação, (...) para reunir as condições de reconstrução do país, há somente uma saída

de acordo com a democracia: a reunião de uma Assembleia Constituinte Nacional soberana que, com a força da legitimidade e do mandato popular, terá a audácia e a força para definir, com base nas aspirações populares livremente expressas, a natureza do regime a ser implementado, as políticas que atendam às necessidades exclusivas dos trabalhadores, dos jovens, das amplas camadas exploradas e oprimidas, ou seja, da maioria do povo; políticas, deste modo, em conformidade apenas com os interesses da nação, em ruptura com a pilhagem local e estrangeira".

Correspondente

Covid-19: o que revela a "segunda onda" na Europa

Face à pandemia, única política dos governos é atacar os direitos dos trabalhadores

Noticiada como normal e inevitável, a segunda onda da Covid-19 poderia sim ser evitada se houvesse empenho dos governos em proteger a saúde das populações.

Segundo um estudo publicado por pesquisadores do Imperial College, de Londres, a testagem em massa e o rastreamento de contatos com isolamento dos infectados são medidas essenciais para conter a pandemia.

Grupos mais expostos ao risco como profissionais de saúde, servidores em contato com o público, trabalhadores em educação deveriam ser testados sistematicamente.

Não é todo o necessário – reforço do transporte público para evitar superlotação, seria mais uma medida, entre outras –, mas são passos indispensáveis.

Em vez disso, no entanto, os governos deixam a pandemia correr descontrolada e aproveitam sua existência para adotar medidas repressivas no terreno político e retirada de direitos dos trabalhadores no terreno econômico.

Repressão e restrições

Um exemplo foi o que ocorreu na terça-feira, dia 3 de novembro, quando os estudantes do Liceu Colbert, uma escola no centro de Paris, se mobilizaram para exigir melhores condições de ensino e medidas efetivas do governo para combater a Covid-19.

Ajoelhados e com as mãos na cabeça, para formar uma barreira humana, eles foram atacados a golpes de escudo, cassetetes e gás lacrimogênio. Com a manifestação dissolvida, a polícia aplicou uma multa de 135 Euros (cerca de R\$ 950,00) a cerca de 40 estudantes acusados de "reunião e desrespeito às medidas sanitárias".

Também na França, classificada de comércio "não-essencial", a venda de livros está proibida. E o toque de recolher foi implantado em 38 regiões, atingindo dois terços da população do país.

Com variações no horário de início, a mesma medida está em vigor na Bélgica, Itália e Espanha.

Reino Unido e Portugal decretaram lockdowns bloqueando a mobilidade de milhões de pessoas.

O confinamento medieval das populações é, novamente, a única "solução" encontrada pelos governos.

O vírus tem costas largas

Por toda parte a existência da pandemia passou a ser a justificativa dos governos para medidas regressivas.

Em Portugal os trabalhadores da saúde exigem o descongelamento das progressões na carreira, retomada da equiparação salarial entre os diversos tipos de contratos e, como em outros países, contratação de mais profissionais para repor carências.

No mesmo momento, em nome da "unidade nacional", o governo apresenta uma proposta de orçamento para 2021 que mantém à míngua o SNS-Sistema Nacional de Saúde (público e universal, como o SUS – NdT). No parlamento, o Bloco de Esquerda votou contra esse orçamento e já há iniciativas de mobilização para exigir a proibição das

demissões e a defesa do SNS.

Na Espanha o decreto que estabeleceu o estado de emergência prevê a proibição de manifestações. A promessa de revogar as contrarreformas trabalhistas não é cumprida a pretexto da pandemia – "a situação econômica não permite" dizem os ministros. Também "não é o momento" para repor ao orçamento da saúde os 20 bilhões de euros retirados pelos governos anteriores. Nem de reajustar os salários arrojados. Nem de restabelecer os postos de trabalho suprimidos.

Os protestos que pipocam em toda a Espanha mostram que a população não está disposta a aceitar mais sacrifícios em nome do suposto "combate à pandemia" enquanto todas as medidas adotadas buscam preservar os interesses dos patrões e das multinacionais.

É uma expressão da revolta que fermenta em toda a Europa diante da negligência dos governos.

Rafael Potosi

Eleições nos EUA: crise, confusão e caos

Projeções apontam vitória de Biden, mas Trump recorre à Justiça

No fechamento desta edição as projeções da imprensa nos EUA indicavam que o democrata Joe Biden atingiria os 270 delegados estaduais que lhe garantiriam a vitória no colégio eleitoral. O que não impediu que Trump se proclamasse vencedor, falando em fraude e com os republicanos entrando com ações judiciais para suspender apurações. Os resultados oficiais podem demorar ainda vários dias para serem anunciados.

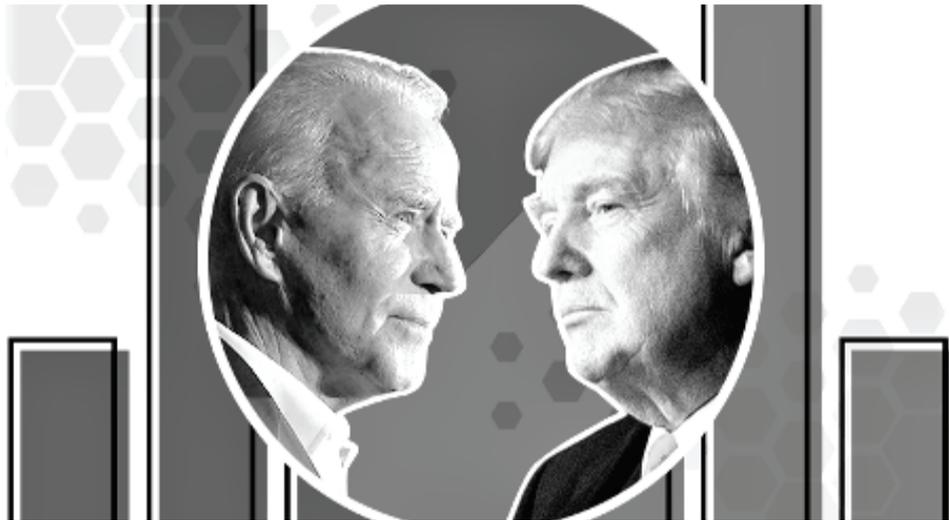
Publicamos abaixo artigo de 4 de novembro do jornal francês "Informações Operárias", órgão do Partido Operário Independente (intertítulos da nossa redação).

Fratra social exposta

Ao contrário do que previam as pesquisas, não aconteceu a "onda azul" de Joe Biden. Tudo será decidido nos três estados do nordeste dos Estados Unidos: Pensilvânia, Michigan e Wisconsin. Em 2016 esses três estados tradicionalmente democratas votaram em Trump, que aparecia como um candidato de ruptura e anti-elite de Washington. Foi a expressão da fratura social nos EUA.

Esses três estados são chamados de Rust Belt (Cinturão da Ferrugem). São estados desindustrializados, nos quais os trabalhadores estão desempregados.

À 0:30h do dia 4, hora de Washington, Biden falou, de forma incomum, pois os resultados ainda não eram conhecidos. Ele afirmou que estava bem posicionado para vencer,



mas que era preciso esperar todos os resultados. E acrescentou "Não cabe a mim nem a Trump declarar o resultado das eleições, mas ao povo americano". Não era o candidato democrata que falava, mas o estadista buscando a preservação do regime, fazendo um apelo à calma. Imediatamente Trump tweetou: "Eles querem nos roubar as eleições!". Depois, na Casa Branca, Trump reivindicou a vitória, denunciou fraude nas eleições e disse que iria recorrer à Suprema Corte. É a crise ...

O sistema político nos EUA é baseado no bipartidarismo. O presidente é eleito em 3 de novembro e toma posse em 21 de janeiro. Durante esse período, o presidente anterior continua no poder e a sua equipe transfere documentos para a equipe do presidente eleito, pois toda a administração é trocada.

O discurso de Biden expressa o terror diante de uma radicalização

de ambos os lados: das milícias pró Trump, que agitam a ameaça da guerra civil, e, do outro lado, dos negros, dos jovens, dos latinos. Ele expressa a crise das instituições nos EUA, a crise da classe dominante do imperialismo mais forte, confrontado a uma crise econômica sem precedentes. Trump tenta o golpe de força com o risco do caos.

Às vésperas das eleições, numa rara mensagem conjunta, as entidades empresariais disseram: "Instamos todos os americanos a apoiarem o processo definido por lei e a permanecerem confiantes na longa tradição de eleições pacíficas e justas do nosso país."

Uma nova situação está aberta

Essa fratura nos EUA foi marcada em 2020 pelas mobilizações contra o racismo sistêmico após a morte de George Floyd, mas não só. A mobilização de negros, jovens brancos,

latinos, foi uma explosão social contra a pobreza, a precariedade, o uso da pandemia pelo capital deixando dezenas de milhões de desempregados, em particular negros e jovens precarizados. E agora o capital anuncia uma onda de reestruturações e de demissões em massa.

As mobilizações de centenas de milhares surgiram espontaneamente e de forma independente das direções da AFL-CIO (central sindical, NdT), que tradicionalmente apoiam o Partido Democrata. Porém, a presença nelas de um grande número de militantes e dirigentes sindicais expressa uma nova situação. Biden fez promessas no campo econômico e social para ganhar votos. Mas, ele será incapaz de cumpri-las, pois isso significaria enfrentar o capital, do qual é um representante. Uma parte desses manifestantes votou em Biden, mas sem muitas ilusões. Na verdade, votaram para expulsar Trump. Outros, escaldados pelo sistema bipartidário, não votaram.

Ninguém sabe o que vai acontecer nos dias que virão. Mas há uma certeza: a crise política das instituições nos EUA vai aumentar.

O movimento que reúne negros, jovens, latinos e sindicalistas irá necessariamente colocar a questão de sua independência em relação ao Partido Democrata e gerar a busca de formas organizadas para o combate.

Uma nova situação se abre nos Estados Unidos. Uma nova situação está aberta no mundo.

Lucien Gauthier

Bolívia: o que fará Arce com a vitória eleitoral?

Resistência das massas ao golpe devolveu o governo ao MAS

Em artigo no site do Diálogo e Ação Petista (petista.org.br/2020/10/22/bolivia-vitoria-domas) de 22 de outubro, atribuímos a vitória em 1º turno (55% dos votos) de Luís Arce do Movimento ao Socialismo (MAS) "à resistência das massas populares e trabalhadoras da Bolívia contra o golpe desde o seu início e que continuou depois da saída de Evo e Linera do país, inclusive no período da pandemia."

Ele concluía perguntando: "O que fará o MAS com o poder reconquistado graças à resistência das massas bolivianas ao golpe? Os golpistas serão punidos pelos seus crimes contra o povo? As Forças Armadas terão seus altos mandos golpistas expurgados e serão reestruturadas a serviço do povo? As ilusões em "capitalismo andino" serão substituídas por uma

política que ataque os privilégios da classe dominante local e as posições do imperialismo no país, em benefício do atendimento das demandas históricas do povo boliviano? Quem viver verá."

O que diz o presidente eleito

Nas entrevistas e declarações posteriores de Luís Arce, o presidente eleito disse querer restabelecer a "estabilidade econômica". É muito difícil repetir-se o "boom das commodities" que beneficiou as exportações de vários países da região, em particular a Bolívia, no atual cenário de crise mundial do capitalismo, acelerada pela pandemia. Hoje o país enfrenta uma crise profunda, com redução do PIB prevista de 11,11% neste ano. Arce



A resistência das massas bolivianas garantiram a vitória de Arce, do MAS

parece esperar do lítio (mineral raro) que jogue papel similar ao do gás e petróleo – nacionalizados por Evo e cuja renda foi usada para melhorar as condições de vida do povo – mas a incerteza no mercado mundial não indica isso.

No plano político, Arce afastou a possibilidade de Evo participar de seu governo, disse querer governar

para "todos os bolivianos" e apresentou-se como "modernizador" do MAS, para o qual quer atrair "profissionais, jovens e setores sociais que não foram levados em conta" ("MAS 2.0", disse). Isso numa situação em que o MAS – que também obteve maioria de mais de 50% nas duas casas do parlamento – vive disputas internas relacionadas ao papel de uns e outros durante e depois do golpe. É o que explica que a confederação de camponesas Bartolina Sisa tenha declarado que: "O MAS não é de Evo Morales, mas sim dos movimentos sociais".

Serão os trabalhadores, os indígenas, as massas bolivianas, responsáveis pela recondução do MAS ao governo, que darão a última palavra.

Julio Turra

Chile: o significado da ampla vitória do sim à nova Constituição

No plebiscito, o povo reafirmou os motivos do levante iniciado em outubro de 2019



25 de outubro: chilenos comemoram a vitória

Em 25 de outubro, o povo chileno foi às urnas para votar “Apruebo” (Sim) ou “Rechazo” (Não) a uma nova Constituição. A Constituição atual é 1980 e foi imposta pela ditadura de Pinochet. O plebiscito tinha uma segunda pergunta sobre quem deve fazer a nova Constituição: uma Convenção Constitucional, 100% eleita exclusivamente para este fim ou uma Convenção Mista, composta de 50% dos eleitos e 50% dos atuais parlamentares no Congresso.

Com cerca de 80% dos votos, foi acachapante a vitória do “Apruebo” e da Convenção Constitucional, resultado cravado numa eleição que teve o maior comparecimento nas urnas (51%) nos últimos 30 anos no Chile. Um resultado que confirma que as exigências que levaram ao “estallido” social, o levante iniciado em 18 de outubro de 2019, permanecem vivas e a situação aberta não se fechou, mesmo se foi arrefecida pela pandemia. Iniciada pelos estudantes contra o aumento da passagem em 30 pesos, as mobilizações, envolvendo amplamente os trabalhadores e as camadas oprimidas, logo ganharam o grito “não é por 30 pesos, mas por 30 anos”.

A “concertación” após a ditadura

Em 1988, na ditadura, foi convocado um referendo, previsto na Constituição de 1980, para decidir a permanência de Pinochet no poder até 1997. O resultado foi um rotundo Não, implicando em convocação de eleições presidenciais no ano seguinte. Em 1988 o povo votou Não, mas os governos eleitos na sequência aplicaram a mesma política, a começar pela manutenção da Constituição de 1980.

Foram os 30 anos dos governos de “concertación”, (conciliação), um acordo entre a Democracia Cristã e

o Partido Socialista chileno, acompanhado pelo Partido Comunista.

A rejeição a essa política foi expressa no grito “não é por 30 pesos, mas por 30 anos” e colocou na ordem do dia a Assembleia Constituinte para realizar as demandas do povo. Esta política também está na base do profundo desgaste dos partidos políticos tradicionais, cuja confiança não ultrapassa 3% dos chilenos.

O tiro saiu pela culatra

O plebiscito de 25 de outubro de 2020 foi convocado em um “Acordo de Paz”, em 15 de novembro de 2019, assinado entre o governo e partidos de oposição (como Partido Socialista e setores da Frente Ampla, por exemplo), como uma tentativa de conter a situação revolucionária aberta no país. O acordo foi assinado na calada da noite, três dias depois que uma vigorosa greve geral parou o país de norte a sul, de Antofagasta a Punta Arenas.

Sem apoiar o Acordo, a Unidade Social (articulação de sindicatos, movimentos sociais e alguns partidos, criada em setembro de 2019), decidiu, majoritariamente, em especial seu bloco sindical, entrar na brecha aberta e participar do plebiscito (previsto para abril e adiado em função da pandemia) e iniciaram uma forte mobilização pelo Apruebo. Setores da direita iniciaram uma ofensiva (no sentido pleno da palavra, até com ameaças a dirigentes sindicais) pelo rechazo. À esquerda, os anarquistas e outros grupos de ultra esquerda decidiram boicotar. Mesmo em meio à pandemia, e apesar da repressão do governo, a campanha pelo Apruebo foi ganhando as ruas e a campanha pelo rechazo foi minguando.

O resultado de 25 de outubro foi

um tiro que saiu pela culatra, impôs uma derrota aos que pretendiam conter o movimento (governo e os partidos comprometidos com a política da “concertación”). De novo, o povo chileno mostrou, nas urnas, estar decidido a tomar em suas mãos o destino do país para ter suas reivindicações atendidas, entre outras: ensino e educação públicas, Previdência Pública e Solidária e moradia. Enfim, construir uma nação soberana em benefício de seu povo.

Soberania: a palavra ao povo chileno

A vitória estrondosa de 25 de outubro cria as condições para ultrapassar os obstáculos que ameaçam confiscar, como em 1988, a decisão majoritária do povo.

O mercado financeiro ficou alarmado com o resultado, pois sabe do perigo que representa aos seus interesses que comandam a política no Chile. Sabe também que os que colaboraram, à direita e à esquerda, com estes interesses durante os 30 anos de “concertación” não falam em nome do vigoroso movimento que explodiu em 2019 e se reafirmou nos 80% que disseram basta a esta política. Temor do capital financeiro com razão, pois a plataforma das demandas populares construída no calor do “estallido” tem no resultado de 25 de outubro uma base sólida para avançar. À condição de superar os obstáculos, como o que amarra e retira da Convenção Constituinte sua soberania (como a regra pré estabelecida de 2/3 dos votos para aprovar qualquer coisa, condição imposta pelos partidos de direita e aceita pelos de oposição). Ou a que dificulta a apresentação de lista independente de candidatos (sem a obrigatoriedade de estar filiado a um partido). Com o desgaste dos partidos tradicionais, as organizações sindicais e populares que estiveram à

cabeça das mobilizações do ano passado e da campanha pelo Apruebo, agora buscam criar uma lista independente de candidatos à Convenção Constitucional (as eleições serão em abril de 2021).

Um companheiro chileno em mensagem enviada na noite de 25 de outubro, escreveu: “Desde muito cedo o povo dirigiu-se aos locais de votação, com calma e com alegria, um sentimento refletido nas redes sociais. Muita gente emocionada pelo momento que vive e sentindo-se parte de um fato histórico. É a primeira vez que se perguntou ao povo, aos trabalhadores, se querem mudar a Constituição, apesar das amarras e armadilhas que tentam os que não querem mudanças.

Muitos jovens que votaram pela primeira vez demonstraram sua alegria e esperança em mudanças importantes. Muitos que não acreditavam, se somaram, com desconfiança, mas deram um passo. O dia 25, há um ano do início do “estallido”, deixou claro que o povo não esqueceu os motivos que deram início ao levante, cuja intensidade foi abaixada durante a pandemia.

Em resumo, o levante não terminou, já que as mobilizações, ainda que diminuídas, não terminaram e as reivindicações estão presentes em toda a população.

Em 25 de outubro, na Praça da Dignidade, novamente o povo e as organizações sindicais e sociais mostraram sua postura irrenunciável de mudar o Chile, e que o plebiscito é um degrau, mas não o último, neste caminho”.

Neste processo, estará colocado o desafio de construir um autêntico partido do povo trabalhador chileno, que represente e lute pelos anseios expressos no grito “não é por 30 pesos, mas por 30 anos”.

Misa Boito

O TRABALHO

Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

12 edições: R\$ 60,00 • 24 edições: R\$ 120,00 • Assinatura solidária: R\$ 150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil - Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 - CEP 03041-000 - São Paulo
Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br